



# Prefeitura do Município de Angatuba

Rua João Lopes Filho, 120, Centro

CEP 18240-000 - Angatuba - SP

Tel: (15)3255 9500

LEI Nº 863/2025

De 09.10.2025

**"DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO OU DETENTOR DE ANIMAIS SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ANGATUBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**NICOLAS BASILE ROCHEL**, Prefeito do Município de Angatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**FAZ SABER**, que a Câmara do Município de Angatuba aprovou, sancionou e promulgou a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica estabelecida a responsabilidade civil do proprietário ou detentor de animal doméstico ou domesticado que, deixado solto em vias públicas, venha a:

- I – causar acidente de trânsito;
- II – provocar atropelamento;
- III – ocasionar queda ou ferimento em pedestres ou ciclistas;
- IV – ocasionar mordedura, ataque ou qualquer tipo de agressão a pessoas;
- V – gerar danos materiais ou físicos a terceiros.

**Art. 2º.** O proprietário ou detentor do animal será responsável por todas as despesas decorrentes do evento, incluindo:

- I – custos veterinários com o próprio animal;
- II – despesas médicas e hospitalares de terceiros;
- III – reparação de danos materiais ocasionados;
- IV – indenizações por danos morais, quando cabíveis.

**Art. 3º.** O proprietário ou detentor que permitir que seu animal permaneça solto em vias públicas, sem supervisão adequada, estará sujeito às seguintes penalidades administrativas:

- I – multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ocorrência;
- II – em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, podendo chegar a R\$ 2.000,00 (dois mil reais);



# Prefeitura do Município de Angatuba

Rua João Lopes Filho, 120, Centro

CEP 18240-000 - Angatuba - SP

Tel: (15)3255 9500

III – em casos de risco iminente à coletividade, o animal poderá ser recolhido pelo órgão competente, sendo liberado somente após o pagamento das despesas e regularização da guarda responsável.

**Art. 4º.** Nos casos em que o animal atacar ou morder pessoas, além das penalidades previstas nesta Lei, o proprietário deverá:

I – arcar integralmente com as despesas médicas da vítima;

II – apresentar comprovante de vacinação antirrábica do animal;

III – submeter o animal a observação veterinária conforme protocolos de saúde pública.


**Art. 5º.** A fiscalização e a aplicação das penalidades previstas nesta Lei ficarão a cargo do órgão municipal responsável pela vigilância sanitária, zoonoses e/ou guarda municipal, conforme regulamentação do Poder Executivo.

**Art. 6º.** O Poder Executivo poderá estabelecer campanhas educativas sobre guarda responsável de animais, bem como convênios com entidades de proteção animal para orientação da população.

**Art. 7º.** O descumprimento desta Lei não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Código Civil, no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação ambiental ou sanitária vigente.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Angatuba, 09 de outubro de 2025.

  
**NICOLAS BASILE ROCHEL**

**Prefeito Municipal**